http://journal.unoeste.br/index.php/cs/index
DOI: 10.5747/cs.2023.v7.s173
ISSN on-line 2526-7035

Colloquium Socialis

Submetido: 15/12/2023 Revisado: 26/12/2023 Aceito: 08/01/2024

# REVISÃO INTEGRATIVA E SISTEMÁTICA SOBRE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

David Ferreira de Oliveira Nogi, Giovanna Ferreira da Silva, Érika Mayumi Kato-Cruz, Wagner Luiz Pense

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Presidente Prudente, SP. E-mail: erikakato@unoeste.br

**RESUMO**

A Administração Pública é o conjunto de atividades empreendidas pelo Estado com o objetivo de promover o bem comum, mediante o uso dos poderes de autoridade e a implementação de políticas, programas e serviços
públicos. A gestão da Administração Pública no Brasil enfrenta uma série de desafios que comprometem a eficiência e a eficácia na utilização dos recursos públicos, incluindo problemas como a excessiva burocracia, a ausência de planejamento estratégico, práticas de corrupção e o fenômeno do clientelismo. Logo, o presente estudo, empreendeu uma Revisão Sistemática Integrativa (RSI), teve como propósito de examinar os artigos relacionados às parcerias público-privadas na administração pública, que foram publicados na base de dados da Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO) no intervalo de tempo entre 2012 e 2022. Os principais achados foram que os artigos mais publicados em sua maioria estão relacionados a saúde e educação que juntos representam um total de 15 artigos. Foi observada a presença de revisões da literatura sobre a temática; parcerias pública-privadas nos setores públicos brasileiro e os principais temas encontrados em relação a essa temática incluem: estudos apresentaram sistema único de saúde, regulamentação governamental, políticas de educação, mobilidade urbana, governança educacional, reformas do serviço de saúde/política de saúde.

**Palavras-chaves:** Parcerias público-privadas; cooperação público-privadas; relação público-privadas; colaboração público-privadas.

## INTEGRATIVE AND SYSTEMATIC REVIEW ON PUBLIC-PRIVATE PARTNERSHIPS IN ADMINISTRATION

**ABSTRACT**

Public Administration is the set of activities undertaken by the State with the objective of promoting the common good, through the use of authority powers and the implementation of public policies, programs and services. Public Administration management in Brazil faces a series of challenges that compromise the efficiency and effectiveness in the use of public resources, including problems such as excessive bureaucracy, the lack of strategic planning, corrupt practices and the phenomenon of clientelism. Therefore, the present study, undertaken an Integrative Systematic Review (RSI), had the purpose of examining articles related to public-private partnerships in public administration, which were published in the Scientific Electronic Library Online (SCIELO) database in the period time between 2012 and 2022. The main findings were that the most published articles are mostly related to health and education, which together represent a total of 15 articles. The presence of literature reviews on the topic was observed; public-private partnerships in the Brazilian public sectors and the main themes found in relation to this topic include: studies presented a single health system, government regulation, education policies, urban mobility, educational governance, health service reforms/health policy.

**Keywords**: Public-private partnerships; public-private cooperation; public-private relationship; public-private collaboration.

**INTRODUÇÃO**

No cenário global em constante evolução, a busca por eficiência e inovação na gestão pública tem desencadeado transformações significativas nas formas de interação entre os setores público e privado. Diante nesse contexto, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) surgem como uma estratégia de colaboração que visa otimizar recursos, compartilhar riscos e proporcionar para o desenvolvimento de projetos e prestação serviços de interesse público. Ao longo da história, a relação entre o Estado e atores privados tem oscilado entre momentos de maior distanciamento e momentos de cooperação intensificada, refletindo os desafios e as oportunidades inerentes a essa interação complexa.

O autor Matias-Pereira (2022), em seu livro "Manual de Administração Pública", afirma que o conceito de Administração Pública pode ser descrito como "o conjunto de atividades que o Estado desenvolve visando à realização do bem comum, por meio do exercício de poderes de autoridade e da execução de políticas, programas e serviços públicos". Sob o mesmo ponto de vista Potter já define Administração Pública como "o conjunto de atividades administrativas desenvolvidas pelo Estado para a consecução dos interesses públicos, por meio da prestação de serviços públicos e da regulação das atividades privadas que afetam o interesse coletivo" (Potter, 2005, p. 23).

Pereira (1998) diz que, a “administração pública brasileira é marcada por uma série de desafios que prejudicam a eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos, tais como a burocratização excessiva, a falta de planejamento estratégico, a corrupção e o clientelismo”.

Percebe-se que a administração pública tem sido frequentemente desafiada, a apresentar melhores resultados no enfrentamento dos crescentes e desafiantes problemas públicos. Ao mesmo tempo, a disposição para arcar com o aumento do gasto público é cada vez menos tolerada no mundo ocidental (Meyer, 2021). “As parcerias público-privadas (PPPs) são uma nova forma de arranjo contratual, às quais permitem que o setor público utilize o setor privado como parceiro para o fornecimento de serviços de infraestrutura” (Fernandez *et al*., 2015, p.2).

De acordo com Aragão (2005), “as PPPs surgiram no Brasil em 2004, por meio da Lei nº 11.079, estabelecendo as diretrizes para a formação de parcerias entre o setor público e o setor privado”. Desde então, as PPPs têm sido utilizadas em projetos de diversas áreas, como rodovias, ferrovias, aeroportos, saneamento básico e habitação. “As PPPs são regidas pela Lei nº 11.079/2004, que estabelece as normas gerais para a instituição desse tipo de parceria no Brasil. A legislação define os requisitos para a celebração dos contratos, as modalidades de remuneração do parceiro privado, as garantias e as responsabilidades das partes envolvidas” (Brasil, 2004).

No Brasil, a parceria público-privada é um mecanismo para a execução de políticas públicas, conforme estabelecido pela Lei nº 11.079 (Lei nº 11.049/2004). Onde é representada por um contrato no qual a administração pública contrata uma entidade privada com o objetivo de fornecer serviços (Menezes; Vieira, p.48).

Diante disso, é fundamental não confundir a privatização com as PPPs. Em geral, na privatização, o Estado transfere tanto a propriedade de um bem público quanto a titularidade um serviço para o setor privado. Já nas parcerias público-privadas, o que se transfere é a responsabilidade pela execução e gestão do serviço, enquanto a titularidade do serviço e a infraestrutura subjacente (o bem público) permanecem sob a jurisdição do Estado, que é encarregado de supervisionar as atividades (Nakamura, 2019).

Mello (2004) sugere que “as PPPs surgem como uma alternativa para a realização de projetos de grande porte, que muitas vezes não são possíveis de serem financiados integralmente pelo setor público”. Nesse modelo de parceria, a iniciativa privada entra com o aporte financeiro e a expertise na gestão do projeto, enquanto o Estado oferece as garantias e os incentivos necessários para a sua realização.

Diante desse cenário, este artigo propõe uma revisão integrativa e sistemática sobre as Parcerias Público-Privadas na Administração Pública, com o objetivo de mapear as principais tendências de pesquisa, os modelos de colaboração adotados, os impactos observados e os desafios enfrentados. Por meio dessa abordagem, espera-se contribuir para uma compreensão mais aprofundada do papel das PPPs na transformação do setor público, embasando futuras decisões e investigações nesse campo dinâmico e estratégico.

**MÉTODOS**

A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão sistemática e integrativa, que de acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010), "a revisão sistemática e a revisão integrativa são métodos de pesquisa que permitem uma síntese rigorosa e abrangente da literatura científica sobre um determinado tema".

A revisão se iniciou por meio de uma abordagem qualitativa, uma vez que ela permite uma compreensão mais profunda e detalhada dos fenômenos sociais que serão estudados. E consequentemente, utilizou-se a pesquisa explicativa que de acordo com o Gil (2008, p. 45), é aquela que "visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos".

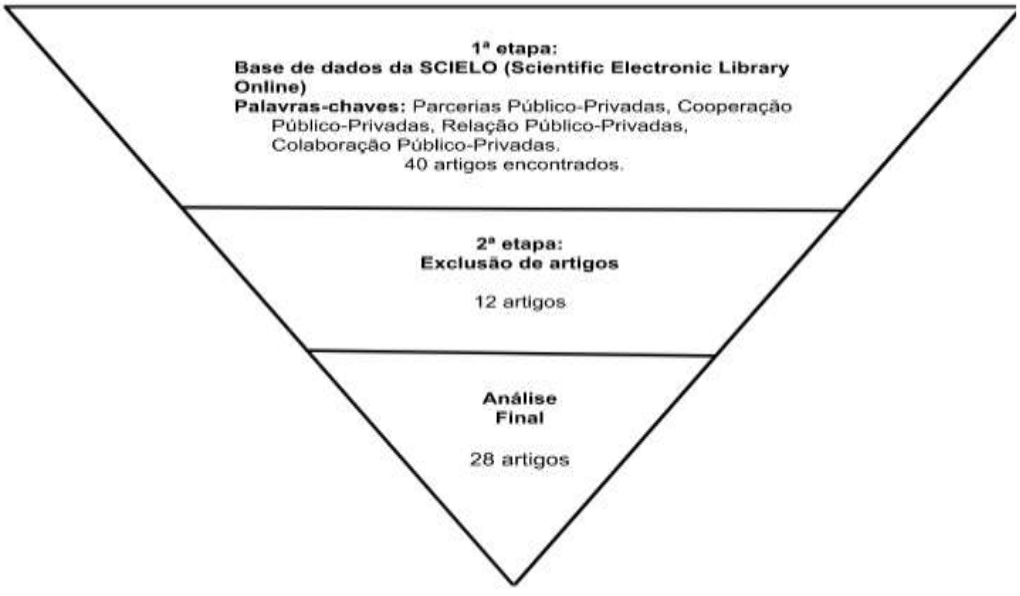
Com base nisso, foi elaborada uma pesquisa bibliográfica a partir da análise de livros, artigos e outros materiais relacionados ao tema estudado. Segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 174), a pesquisa bibliográfica é aquela que "se realiza a partir do levantamento e análise de bibliografia já publicada, seja em livros, revistas, jornais, boletins etc., sobre o assunto". Deste modo, as fontes secundárias contribuíram com esta pesquisa, uma vez que elas forneceram informações já existentes e consolidadas sobre o tema. Para Flick (2009, p. 24), as fontes secundárias são "dados que já foram coletados e analisados por outros pesquisadores, e que podem ser úteis para a realização de novas pesquisas".

O objetivo principal desta pesquisa foi fornecer informações relacionadas sobre parcerias público-privadas na administração pública. As buscas foram realizadas na Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO), por meio do uso das palavras-chave “parcerias público-privadas‟; “cooperação público-privadas‟; “relação público-privadas” e “colaboração público-privadas” que direcionaram a busca de materiais e informações sobre o assunto. Foram utilizados para as expressões gerais de busca os operadores booleanos “or”.

Na fase inicial da Revisão Sistemática Integrativa (RSI), foram identificados todos os artigos que abordavam o tópico de parcerias público-privadas, ao todo, resultaram em 40 artigos encontrados. Na segunda fase, foram descartados 12 artigos, com a ajuda de filtros, sendo eles: artigos em idiomas além do português, artigos publicados fora do período proposto, 2012 a 2022, artigos duplicados, e artigos na qual seu tema, resumo ou palavras chave não se interligavam com o tema “Parcerias Público-Privadas na Administração Pública Brasileira”. Posteriormente, os dados dos resultados extraídos foram inseridos em uma planilha do *Excel* para seleção e catalogação, sendo dados sobre título, data ou ano de publicação, autor e palavras-chaves. Em seguida, foi realizada uma leitura das pesquisas filtradas, para a seleção final das obras relevantes para o presente estudo proposto desta pesquisa. Resultaram ao final da seleção para a análise 28 artigos condizentes com a temática desejada.

A Figura 1, ilustra o processo metodológico de geração e coleta de dados utilizados no trabalho.

**Figura 1.** Etapas do processo de geração e coleta de dados




**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023)

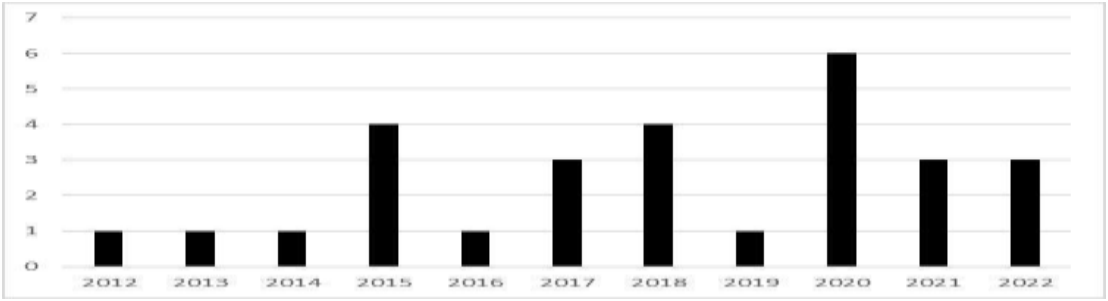
Dessa forma, no procedimento para exploração final, foi utilizado o método de análise de conteúdo, onde os estudos selecionados foram averiguados detalhadamente. O processo foi conduzido de maneira crítica, buscando compreender as razões por trás de resultados discrepantes ou conflitantes encontrados nos diversos estudos. A análise de conteúdo é uma técnica amplamente utilizada em pesquisas qualitativas, fornecendo insights valiosos sobre o conteúdo e o contexto dos materiais que serão estudados.

As publicações levantadas na RSI foram organizadas em um quadro, contendo Título, Autor(es), Palavras-chave e ano, ordenados cronologicamente por publicação, para facilitar a visualização dos dados. Após a elaboração do quadro, revisou-se os artigos selecionados em detalhes, averiguando, se os mesmos atenderiam aos critérios de inclusão para a pesquisa. Ademais, foram extraídos os dados relevantes de cada estudo, onde incluíram informações sobre as características estudadas por diferentes autores e os principais resultados encontrados dos estudos. Logo, interpretou-se os artigos selecionados, analisando as limitações dos estudos, comparando os resultados entre os estudos e identificando lacunas na área de parcerias público-privadas na administração brasileira para pesquisas futuras. Portanto, tem-se como objetivo desta revisão sistemática e integrativa, sintetizar as evidências existentes de forma sistemática e transparente, fornecendo uma visão geral e uma interpretação objetiva nos trabalhos científicos sobre parcerias público-privadas na administração pública.

## RESULTADOS

A presente seção apresenta os resultados e discussões, tendo como base, os dados obtidos por meio da revisão sistemática e integrativa executadas na plataforma SCIELO. A Figura 1 apresenta o número de artigos publicados por ano em sua linha histórica, evidenciando o fato do tema ter tido maior relevância em publicações a partir do ano de 2015, mas que houve uma queda do ano de 2016 e 2019, apresentando uma alta em 2020, quando comparado aos 10 últimos anos.

**Figura 1.** Série histórica de publicações sobre parcerias público-privadas na administração pública no Brasil




**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023)

Considerando os artigos encontrados na plataforma SCIELO, o primeiro artigo foi publicado no ano de 2012, onde foi descrito a origem das parcerias público-privada na governança global da educação. Os artigos são descritos nos mais diversos âmbitos de parcerias público-privadas, desde a trajetória das relações, elaboração de projetos conjuntos com pequenas empresas, até nos demais setores públicos como por exemplo área da saúde, educação, mobilidade urbana e megaeventos esportivos. Podemos observar ainda, uma baixa publicação referente ao assunto, quando levado em consideração o período de tempo analisado. Ademais, apenas nos anos de 2012, 2013, 2014, 2016 e 2019 houveram apenas um artigo publicado sobre o tema. Vale salientar, que o ano que se publicou mais artigos sobre a temática foi no ano de 2020.

Outrossim, o quadro 1 apresenta as revistas mais relevantes na temática da presente obra e o número de artigos publicados em cada uma delas. Pode-se notar que o periódico com mais publicações foi a Revista de Administração Pública, com 8 artigos publicados, enquanto os periódicos Ciência & Saúde Coletiva; Educação & Realidade; Educar em Revista; Educação e Pesquisa; Revista Brasileira de Educação; Organização & Sociedade; Revista de Administração (São Paulo); READ. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre); Saúde & Sociedade e Saúde em Debate tiveram apenas 1 artigo publicado cada.

**Quadro 1.** Revistas mais relevantes sobre a temática

| Ordem | Revista | Qualis | Número de artigos publicados |
|---|---|---|---|
| 1 | Cadernos Metrópole | A1 | 2 |
| 2 | Cadernos de Saúde Pública | A1 | 3 |
| 3 | Ciência & Saúde Coletiva | A1 | 1 |
| 4 | Educação & Realidade | A1 | 1 |
| 5 | Educar em Revista | A1 | 1 |
| 6 | Educação & Sociedade | A1 | 3 |
| 7 | Educação e Pesquisa | A1 | 1 |
| 8 | Revista Brasileira de Educação | A1 | 1 |
| 9 | Cadernos EBAPE.BR | A2 | 2 |
| 10 | Organização & Sociedade | A2 | 1 |
| 11 | Revista de Administração (São Paulo) | A2 | 1 |
| 12 | Revista de Administração Pública | A2 | 8 |
| 13 | REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre) | A3 | 1 |
| 14 | Saúde e Sociedade | A3 | 1 |
| 15 | Saúde em Debate | A4 | 1 |

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023)

Como demonstrado no quadro 1, se torna evidente a falta de revistas para realizar publicações relacionadas exclusivamente para a revisão integrativa, alinhado à saúde pública, além disso percebe-se que a maioria das revistas têm uma qualidade se aproximando de A1. Dessa forma, destaca-se, portanto, a revista de Administração Pública, cuja qual abrange 8 das vinte e oito publicações analisadas na presente literatura. A presença de revistas altamente avaliadas, desempenha um papel fundamental no âmbito da pesquisa, agindo como um incentivo significativo para os profissionais envolvidos nessa esfera de estudo.

**Figura 2.** Nuvens de palavras dos títulos e das palavras-chaves dos artigos




**Fonte:** Elaborado pelos autores com auxílio do WordClouds.com (2023)

A partir da nuvem de palavras da figura 2, ressalta-se, a abrangência das questões de parcerias público-privadas, diretamente relevantes para a atuação dos mais diversos tipos de setores do governo que estão relacionados diretamente ou indiretamente, sendo muito ampla quando descritas nos artigos científicos. Dessa forma, se torna visível, que a produção científica está alinhada com uma abordagem holística da administração pública, em vez de questões ou iniciativas isoladas, nas quais as empresas podem oferecer parcerias público-privadas nos diversos serviços públicos e modelos institucionais, para o

desenvolvimento contínuo e até mesmo numa regulação e remodelação na participação de um governo de estado.

No quadro 2, constam os 28 artigos identificados na base de dados da SCIELO, que foram analisados para obtenção dos resultados demandados pela revisão sistemática e integrativa, por meio desses títulos sobre a temática parcerias público-privadas na administração pública brasileira. Observa-se também que dos vinte e oito artigos com mais citações no Google Scholar relacionados a esta temática, se dá destaque ao artigo "A origem das parcerias público-privada na governança global da educação" com 180 citações, em segundo lugar os respectivos artigos "Desafios na organização de parcerias público-privadas em saúde no Brasil" e "Projetos de parceria público-privada: fatores que influenciam o avanço dessas iniciativas" tiveram 58 citações. Dentre as obras selecionadas, na última colocação, está o artigo "Parcerias público-privadas de saúde e mobilidade urbana no Estado da Bahia: atual conjuntura, projetos e principais agentes envolvidos" com apenas 2 citações.

**Quadro 2**. Os 28 artigos identificados na base de dados da SCIELO

| Título do Artigo | Periódicos | Ano de Publicação | Autores | Citação Scholar |
|---|---|---|---|---|
| A origem das parcerias público-privada na governança global da educação | Educação & Sociedade | 2012 | Susan Robertson; Antoni Verger | 180 |
| Desafios na organização de parcerias público-privadas em saúde no Brasil. Análise de projetos estruturados entre janeiro de 2010 e março de 2014 | Revista de Administraçã o Pública | 2015 | Antonio Pires Barbosa; Ana Maria Malik | 58 |
| Projetos de parceria público-privada: fatores que influenciam o avanço dessas iniciativas | Revista de Administraçã o Pública | 2015 | Rogério Thamer; Sérgio Giovanetti Lazzarini | 58 |
| Parcerias público-privadas (PPP) no setor saúde: processos globais e dinâmicas nacionais | Cadernos de Saúde Pública | 2017 | Celia Almeida | 51 |
| 30 anos de SUS: relação público-privada e os impasses para o direito universal à saúde | Saúde em Debate | 2019 | Ianka Cristina Celuppi; Daniela Savi Geremia ; Jéssica Ferreira; Adelyne Maria Mendes Pereira; Jeane Barros de Souza | 43 |
| Trajetória das relações público-privadas no sistema de saúde da Colômbia de 1991 a 2015 | Cadernos de Saúde Pública | 2017 | William Iván López Cárdenas; Adelyne Maria Mendes Pereira; Cristiani Vieira Machado | 32 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| As parcerias público-privadas para o desenvolvimento de infraestrutura rodoviária: experiência recente em Portugal | Revista de Administraçã o Pública | 2014 | Joaquim Filipe Ferraz Esteves Araújo; Hugo Consciência Silvestre | 31 |
| Os Papéis dos Stakeholders na Implementação das Parcerias Público-Privadas no Estado da Bahia | Cadernos EBAPE.BR | 2016 | Sandro Cabral; Antonio Sérgio Araújo Fernandes; Daniel Barroso de Carvalho Ribeiro | 30 |
| Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas | Revista Brasileira de Educação | 2018 | Lalo Watanabe Minto | 28 |
| Relação Público-privado no contexto de Neoconservadorismo no Brasil | Educação & Sociedade | 2020 | Vera Maria Vidal Peroni | 25 |
| Alocação e mitigação dos riscos em parcerias público-privadas no Brasil | Revista de Administraçã o Pública | 2015 | Carlos Marcio Campos Lima; Antonio Carlos Coelho | 24 |
| Fatores críticos de sucesso das Parcerias Público-Privadas: aspectos político-institucionais. Estudo de caso das rodovias em Portugal | Revista de Administraçã o Pública | 2018 | Sandra I. Firmino | 18 |
| *Accountability* em parcerias público-privadas: espaços para avanços em unidades hospitalares sob gestão direta e em regime de parceria | Organizações & Sociedade | 2018 | Francisco Marton Gleuson Pinheiro; José Antonio Gomes de Pinho; Adriano Leal Bruni | 15 |
| Regulação da educação superior brasileira: a Lei de Inovação Tecnológica e da Parceria Público-Privada | Educação e Pesquisa | 2015 | Maria Creusa de Araújo Borges | 14 |
| Parceria público-privada para construção de moradia popular: fundamentos institucionais para a expansão do mercado de habitação em São Paulo | Cadernos Metrópole | 2018 | Alvaro Luis dos Santos Pereira; Gabriel Maldonado Palladini | 12 |
| Parcerias público-privadas (PPP) em megaeventos esportivos: um estudo comparativo da provisão de arenas esportivas para a Copa do Mundo Fifa Brasil 2014 | Revista de Administraçã o Pública | 2017 | Cláudio José Oliveira dos Reis; Sandro Cabral | 11 |
| Parcerias Público-Privadas: modernização administrativa e relacionamentos econômicos imersos em conflitos de interesse e corrupção | Revista de Administraçã o Pública | 2021 | Gustavo Melo-Silva; Rosenery Loureiro | 10 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Lourenço; Marcello Angotti | |
| Modelos organizacionais para parcerias público-privadas na irrigação pública no Brasil | Revista de Administração (São Paulo) | 2013 | Luciano Thomé e Castro; Marcos Fava Neves; Julio Kyosen Nakatani | 6 |
| Stakeholders, fatores críticos de sucesso e geração de valor em parcerias público-privadas | Revista de Administração Pública | 2022 | David Curtinaz Menezes; Diego Mota Vieira | 5 |
| Parceria público-privada na gestão hospitalar no Sistema Único de Saúde da Bahia. | Cadernos de Saúde Pública | 2022 | Laíse Rezende de Andrade; Isabela Cardoso de Matos Pinto | 4 |
| Parcerias público-privadas: Atuação do Instituto Ayrton Senna na educação pública do Estado do RS | Educação & Sociedade | 2020 | Susana Schneid Scherer; Flávia Marchi Nascimento; Maria de Fátima Cóssio | 4 |
| A Relação Público-Privada na Oferta da Educação Infantil em Porto Alegre | Educação & Sociedade | 2021 | Vera Maria Vidal Peroni; Maria Otilia Kroeff Susin; Monique Montano | 3 |
| Arranjos de Desenvolvimento da Educação: da parceria público-privada à disputa pelo fundo público educacional | Educar em Revista | 2020 | Elma Júlia Gonçalves de Carvalho; Daniela de Oliveira Pires | 3 |
| Controle Social e Produção de Políticas através de contratos: Parcerias público-privadas de Minas Gerais e São Paulo no período 2005-2015 | REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre) | 2020 | Marilene de Souza Campos; Lara Luíza Silva; Laís Barbosa Vieira; Sinara Guimarães; | 3 |
| Relações público-privadas no sistema de saúde do Chile: regulação, financiamento e provisão de serviços | Ciência & Saúde Coletiva | 2021 | Suelen Carlos de Oliveira; Cristiani Vieira Machado; Alex René Alarcón Hein; | 3 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| A relação público-privada em uma região de saúde: influências sobre a organização da oferta e da demanda de média complexidade no Sistema Único de Saúde em pequenos municípios | Saúde & Sociedade | 2020 | João Felipe Marques da Silva; Carolina Milena Domingos; Fernanda de Freitas Mendonça | 3 |
| Modelos institucionais de Parcerias Público-Privadas: habitação social no Brasil e nos Estados Unidos | Cadernos Metrópole | 2022 | Vinicius Nakama; Heloisa Macena | 2 |
| Parcerias público-privadas de saúde e mobilidade urbana no Estado da Bahia: atual conjuntura, projetos e principais agentes envolvidos | Cadernos EBAPE.BR | 2020 | Maina Pirajá Silva; Silvana Sá de Carvalho; Mariana de Oliveira Santana | 2 |

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023)

De acordo com a análise do quadro 2, evidencia-se que por meio das parcerias público-privadas (PPP) têm considerável debate quanto ao seu significado, propósito, status e resultados. Alguns resultados nos mostram, que as PPPs são capazes de trazer respostas positivas para alguns tipos de parcerias, porém outros mostram que pode haver mais bonificações para um lado do que para outro, causando desigualdade. Ou seja, mesmo que haja uma regulamentação visando a melhor forma possível de funcionamento das PPPs, ainda há fatores que precisam ser revistos, tanto aqueles que envolvem principalmente o governo, quantos aqueles que têm peso sobre a sociedade.

Adentrando as análises qualitativas e quantitativas das categorias saúde e educação identificados como maior montante dos artigos, inicia-se com a pesquisa feita por Andrade e Pinto (2022), cujo qual teve como linha de pesquisa, a análise de política em saúde, buscando identificar e examinar a ampla variedade de interesses envolvidos no processo de tomada de decisão política relacionado à implementação (ou não) de um modelo específico de administração das unidades de saúde, como é exemplificado no contexto hospitalar. Foi identificado que é necessário monitorar a influência de grupos internacionais interessados em PPPs na saúde, dada sua influência nos jogos políticos, econômicos e científicos, que, aliados à burocracia e à comunicação, influenciaram a adoção do modelo de PPP para a gestão hospitalar no SUS da Bahia.

O artigo escrito por Oliveira *et al*. (2021), que aborda a dinâmica das interações entre o Estado e os mercados na área da saúde, teve como objetivo discutir as implicações para a segmentação do sistema e os desafios ao exercício do direito à saúde. No entanto, essa abordagem não resolve os problemas entre o sistema público e as seguradoras privadas. É necessário um debate governamental e legislativo para reformas estruturais que modifiquem as relações públicas, contribuindo para a expansão dos direitos e a diminuição das desigualdades sociais.

O estudo escrito por Montano, Peroni e Susin (2021), teve como abordagem a coloração entre o setor público e instituições da sociedade civil para a prestação de serviços de educação infantil na cidade de Porto Alegre, a capital do estado do Rio Grande do Sul, durante o período de 2017 e 2019. A necessidade de superar barreiras no acesso à educação infantil pública, indica a busca por políticas sociais de qualidade para crianças e suas famílias. A política educacional é vista como uma parte essencial na reconfiguração do papel do Estado e reflete as dinâmicas sociais.

Silva, Carvalho e Santana (2020) escreveram um artigo onde foi abordada a temática das Parcerias Público-Privadas no estado da Bahia, com ênfase na avaliação de sua efetividade através da análise da estruturação de projetos, bem como na consideração dos agentes públicos e privados envolvidos e de suas interações. Os resultados obtidos demonstraram que a Bahia tem avançado na oferta de serviços públicos e infraestrutura por meio dessas parcerias, implementando projetos inovadores que envolvem uma ampla

variedade de atores tanto do setor público quanto privado, estabelecendo assim uma rede de poder dinâmica.

O estudo realizado por Carvalho e Pires (2020), teve como objetivo a nova abordagem de regulamentação do regime de colaboração entre os diferentes níveis de governo, com ênfase na introdução dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs). O Estado é visto como um campo de disputa entre interesses públicos e privados-mercantis, onde a relação público-privada na educação reflete tanto a expansão do capital, quanto a luta por uma educação pública e socialmente referenciada.

A pesquisa escrita por Silva *et al*. (2020) tem como foco a interação entre gestores públicos de saúde e provedores do setor privado, com o intuito de complementar a influência sobra a organização, oferta e demanda de serviços de média complexidade, em uma região de saúde composta por municípios de pequeno porte. A pesquisa destaca o impacto da relação público-privada na configuração da oferta e da procura, priorizando recursos municipais e revelando a fragilidade do processo de regionalização, bem como a limitada atuação do ente estadual.

Scherer, Nascimento e Cóssio (2020) apresenta um artigo que proporciona um exemplo de atuação do Instituto Ayrton Senna na educação pública do estado do Rio Grande do Sul, aborda como a globalização impulsionada pelo modelo neoliberal afeta diversos setores da sociedade, incluindo a transformação do papel do Estado e das políticas educacionais. A pesquisa evidenciou uma significativa presença e uma rede de influência política em programas de alfabetização e gestão da educação, resultando em impactos substanciais nas concepções e práticas educacionais.

Celuppi *et al*. (2019), foi conduzida uma análise da relação público-privada ao longo dos 30 anos de existência do Sistema Único de Saúde (SUS), considerando os obstáculos que afetam a concretização do direto universal à saúde. O estudo identificou um conflito de interesses entre os domínios político, social e econômico. Além disso, enfatizou a necessidade de encetar esforços para eliminar os subsídios concedidos às operadoras de planos de saúde e para reforçar a regulamentação estatal no setor suplementar, a fim de evitar a desestruturação do sistema público de saúde.

O estudo elaborado por Pinheiro, Pinho e Bruni (2018) buscou identificar as diferenças nas práticas de promoção de accountability adotadas em uma Secretária Estadual de Saúde (SES) em comparação com uma unidade hospitalar operando sob o regime de parceria público-privada e uma unidade hospitalar de administração direta. As análises realizadas destacaram oportunidades de aprimoramento no que diz respeito à promoção da accountability por meio das PPPs, quando comparadas ao modelo de governança hierárquica. Foram identificadas melhorias no cumprimento das regras e a adoção de novos instrumentos de controle e monitoramento, decorrentes da introdução, pelo público, de práticas de governança corporativa.

O artigo feito por Minto (2018) se propôs a abordar alguns aspectos relevantes para a compreensão do Plano Nacional de Educação, especialmente no que se refere aos conflitos entre os setores público e privado no ensino superior. Foram identificados dois processos que caracterizam a reestruturação do sistema capitalista: a concentração das atividades educacionais em grandes grupos empresariais, que inclui a aquisição de instituições de ensino superior menores, e a diversificação das atividades, com um forte vínculo ao capital financeiro internacional, em que o ensino (e, cada vez mais, a pesquisa) é percebido principalmente como meio para a obtenção de lucros. Diante dessas observações, o estudo conclui que não há motivos para acreditar que o Plano Nacional de Educação contribuirá significativamente para a transformação do sistema de ensino superior atual, que se caracteriza pela diversidade, fragmentação, falta de organização sistemática e ampla privatização.

Na pesquisa desenvolvida por Almeida (2017), entretanto, discutiu-se várias dimensões que promovem e consolidam o aumento da participação de atores privados no processo decisório no setor da saúde, enfatizando fatores tanto internacionais quanto nacionais que contribuem para a manutenção da perspectiva política e ideológica neoliberal no setor ao longo de quase três décadas, desde a década de 1990. Foi salientado que a adoção de uma Estado mínimo e a desregulamentação das relações de produção se tornaram requisitos essenciais para estimular o investimento de capital privado e estabelecer conexões de mercado transnacionais.

Cárdenas, Pereira e Machado(2017) escreveram um estudo com o propósito de analisar os arranjos de parcerias público-privadas no sistema de saúde da Colômbia durante o período compreendido entre 1991 e 2015, focalizando nas dimensões de asseguramento e financiamento. Os resultados obtidos indicaram que a reforma de 1993 concebeu o sistema de saúde com um serviço público a ser oferecido por

meio de mecanismos de mercado. Este cenário destacou limitações na estruturação de sistemas de saúde com uma forte presença de elementos de mercado, promovendo uma reflexão crítica sobre os desafios relacionados à proteção social na área de saúde nos países da América Latina. Borges (2015) investigou as concepções de universidades que emergem no âmbito do marco regulatório estabelecido pelas Leis da Inovação e das Parcerias Público-Privadas, indicando um avanço na direção de uma tendência que teve início no contexto de reforma da administração pública brasileira. Nesse sentido, observa-se a continuidade e o aprofundamento do processo de redefinição do ensino superior como uma commodity, e, consequentemente, a reconfiguração do cidadão como um usuário ou consumidor desses serviços.

Barbosa e Malik (2015) conduziram uma pesquisa que abordou a implementação de 24 Parcerias Público-Privadas (PPPs) no Brasil, analisando seus perfis, fatores críticos, limitações e tendências. O objetivo central deste artigo era responder à seguinte indagação: “Por quais razões o processo de contratação de PPPs na área de saúde tem enfrentado dificuldades na sua implantação e formalização?”. A pesquisa concluiu que o sistema de saúde público no Brasil enfrenta atualmente importantes desafios relacionados ao modelo, com destaque para questões relacionados ao seu modelo, com destaque para questões relacionadas ao financiamento, à capacidade operacional, à estrutura de gestão, à qualidade dos serviços prestados, à disponibilidade de resoluções, à segurança dos usuários e à equidade no acesso aos recursos.

Robertson e Verger (2012), apresenta um estudo que se concentra na gestão da educação por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs), com uma atenção especial para a forma como uma política global, envolvendo atores e consultores privados, está reformulando o campo do desenvolvimento educacional. Observa-se que a concepção de educação está sendo globalizada e administrada, e, surpreendentemente, as PPPs não parecem conter o avanço do liberalismo econômico; ao contrário, permitiram o seu rápido crescimento, uma vez que o setor privado agora desempenha um papel central nos serviços públicos de educação em todos os níveis, desde a formulação de políticas e pesquisa até o processo de ensino nas salas de aula.

Após a realização das análises, de forma qualitativa, dos 15 artigos relacionados à saúde e educação, é possível observar que os estudos sobre parcerias público-privadas estão relacionados com o **sistema único de saúde (SUS)** (Andrade e Pinto, 2022; Silva *et al*., 2020; Celuppi *et al*., 2019; Barbosa; Malik, 2015); **regulamentação governamental** (Oliveira *et al*., 2021; Borges, 2015); **políticas de educação** (Montano, Peroni e Susin, 2021; Carvalho e Pires, 2020; Scherer, Nascimento e Cóssio, 2020; Minto, 2018); **mobilidade urbana** (Carvalho *et al.*, 2020); **governança educacional** (Robertson e Verger, 2012); **reforma dos serviços de saúde/política de saúde** (Almeida, 2017; Cárdenas, Pereira e Machado, 2017); **governança pública/modelo de gestão** (Pinheiro, Pinho e Bruni, 2018).

## DISCUSSÃO

Este artigo buscou analisar o uso de Parcerias Público-privadas entre o setor público e o setor privado, no Brasil. Dentre os artigos analisados, viu-se que estas parcerias são capazes de trazer bons resultados, entretanto, a grande maioria dos artigos mostrou que isso ainda não vem acontecendo, já que há muita fragilidade e influência política envolvida. Pode-se dizer que o uso das PPPs, tem favorecido mais o setor privado do que o público, ocasionando uma certa desigualdade.

A partir das análises dos artigos observou-se a existência de revisões da literatura sobre a temática; revela-se uma interconexão entre educação e saúde nas parcerias público-privadas (PPPs) na administração pública brasileira, umas vez que o acesso a uma educação de qualidade, pode influenciar e impactar diretamente a população em geral; os principais temas abordados sobre a temática são os estudos que apresentaram o sistema único de saúde (SUS), regulamentação governamental, políticas de educação, mobilidade urbana, governança educacional, reforma dos serviços de saúde/políticas de saúde e a governança pública/modelo de gestão.

Após as análises realizadas, foram identificadas as seguintes limitações no estudo: (i) foi utilizado somente a base de dados *Scientific Electronic Library Online* - SCIELO; (ii) a falta de métricas de desempenho consistentes e padronizadas em estudos sobre PPPs; (iii) não apresentou uma agenda de pesquisas futuras acerca da temática.

A partir das limitações surgem insights e sugestões para trabalhos futuros sobre a temática, sendo: (i) ampliar a base de dados, preferencialmente nacionais, para que se possa compreender de quais formas a temática vem sendo tratada nas pesquisas nacionais; (ii) além de ampliar a bases de dados,

ampliar também os *strings* de buscas e criar métricas de desempenhos consistentes e padronizados; (iii) sugere-se que seja realizada uma agenda de pesquisa para que possa direcionar os estudos acerca da temática.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, C. Parcerias público-privadas (PPP) no setor saúde: processos globais e dinâmicas nacionais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, sup. 2, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/drk3GQCxZMTsnwQWxRjJdNQ/#. Acesso em: 03 set. 2023. https://doi.org/10.1590/0102-311x00197316

ANDRADE, L. R.; PINTO, I. C. M. Parceria público-privada na gestão hospitalar no Sistema Único de Saúde da Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Salvador, v. 38, n. 8, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/Zmqm95pKkCJmksCC8hH6wdj/#. Acesso em: 15 de ago. 2023. https://doi.org/10.1590/0102-311x00018621

ARAGÃO, A. S. de. As parcerias público-privadas - PPP'S no Direito positivo brasileiro. **Revista de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 240, p. 105–146, 2005. DOI: 10.12660/rda.v240.2005.43621. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/43621. Acesso em: 29 jan. 2024.

BARBOSA, A. P.; MALIK, A. M. Desafios na organização de parcerias público-privadas em saúde no Brasil. Análise de projetos estruturados entre janeiro de 2010 e março de 2014. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 5, p. 1143-1165, set./out. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/LS9Ytv8L9XJPr4tCbYBspzN/#. Acesso em: 28 jun. 2023. https://doi.org/10.1590/0034-7612136177

BORGES, M. C. A. Regulação da educação superior brasileira: a lei de inovação tecnológica e da parceria público-privada. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 961-973, out./dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/Pj4596WWnMVh98Bfrr55CTF/#. Acesso em: 08 jun. 2023. https://doi.org/10.1590/S1517-9702201512130955

BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Regulamenta as concessões e parcerias público-privadas. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm. Acesso em: 01 abr. 2023.

CÁRDENAS, W. I. L; PEREIRA, A. M. M.; MACHADO, C. V. Trajetória das relações público-privadas no sistema de saúde da Colômbia de 1991 a 2015. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, sup. 2, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/dQLvyS9YHkDh9tVDhj56TkC/#. Acesso em: 10 jul. 2023. https://doi.org/10.1590/0102-311x00114016

CARVALHO, E. J. G.; PIRES, D. O. Arranjos de desenvolvimentos da educação: da parceria público-privada à disputa pelo fundo público educacional. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/PpzmqSXFBNg6PMgp88VNMmL/#. Acesso em: 24 jul. 2023. https://doi.org/10.1590/0104-4060.77538

CELUPPI, I. C. et al. 30 anos de SUS: relação público-privada e os impasses para o direito universal à saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 121, p. 302-313, abr-jun, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Zf7bkDWh8bcM7GKvPwtdvRd/#. Acesso em: 18 jul. 2023. https://doi.org/10.1590/0103-1104201912101

FERNANDEZ, R. N.; HILLBRECHT, R. O.; MENEZES, G.; RIBEIRO, F. G. Impacto dos determinantes das parcerias público-privadas em economias emergentes. **Planejamento e Políticas públicas**, [S. l.], n. 44, 2015. Disponível em: //ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/476. Acesso em: 29 mar. 2023.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de administração pública**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MELLO, C. A. B. **Parcerias público-privadas no direito brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

MENEZES, D. C.; VIEIRA, D. M. Stakeholders, fatores críticos de sucesso e geração de valor em parcerias público-privadas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 47-79, fev. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/bPRwyXpJRTrkhDV8yVB8MbP/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 01 abr. 2023. https://doi.org/10.1590/0034-761220200659

MEYER, B. **Parcerias público privadas**: uma estratégia governamental. São Paulo: Almedina Brasil, 2021.

MINTO, L. W. Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 23, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gqC8fgq6CzxBNjwsxQBrhdm/#. Acesso em: 22 ago. 2023. https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230011

MONTANO, M.; PERONI, V. M. V.; SUSIN, M. O. K. A relação público-privada na oferta da educação infantil em Porto Alegre. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 46, n. 3, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/5FVKMy5LxkKyMKRrPXNH5mp/#. Acesso em: 22 ago. 2023. https://doi.org/10.1590/2175-6236105676

NAKAMURA, A. L. S. As parcerias público-privadas e a infraestrutura no Brasil. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 278, n. 2, p. 131-147, 2019. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/80052. Acesso em: 4 abr. 2023. https://doi.org/10.12660/rda.v278.2019.80052

OLIVEIRA, S. C.; MACHADO, C. V.; HEIN, A. R. A.; ALMEIDA, P. F. Relações público-privadas no sistema de saúde do Chile: regulação, financiamento e provisão de serviços. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 10, p. 4529-4540, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/R6Qr79yHw9QFGThrQtbGyfr/#. Acesso em: 10 de ago. 2023. https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.09892021

PEREIRA, L. C. B. Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 49, n. 1, p. 5-42, jan./mar. 1998. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/rs/article/view/369. Acesso em: 01 abr. 2023.

PINHEIRO, F. M. G.; PINHO, J. A. G.; BRUNI, A. L. Accountability em parcerias público-privadas: espaços para avanços em unidades hospitalares sob gestão direta e em regime de parceria. **Organizações & sociedade**, Salvador, v. 25, n. 84, p. 155-174, jan.-mar. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/osoc/a/RNzCWk6y9r5HKPmbvzvzwYD/#. Acesso em: 26 jun. 2023. https://doi.org/10.1590/1984-9240848

POTTER, D. M. **Administração pública**: fundamentos e técnicas. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out./dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/J4LqqtJBmwML9cR4dg8p65L/#. Acesso em: 15 set. 2023. https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000400012

SCHERER, S. S.; NASCIMENTO, F. M.; CÓSSIO, M. F. Parcerias público-privadas: atuação do instituto Ayrton Senna na educação pública do estado do RS. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, out. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/XMRvsCXjhmmWBJ3RtRXypKw/#. Acesso em: 22 agos. 2023. https://doi.org/10.1590/es.241715

SILVA, J. F. M. et al. A relação público-privada em uma região de saúde: influências sobre a organização da oferta e da demanda de média complexidade no Sistema Único em pequenos municípios. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 4, jul. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Qj9kTVx3N9cCCDw7pSdqN5q/#. Acesso em: 13 set. 2023. https://doi.org/10.1590/s0104-12902020200019

SILVA, M. P., CARVALHO, S. S. D.; SANTANA, M. D. O. Parcerias público-privadas de saúde e mobilidade urbana no Estado da Bahia: atual conjuntura, projetos e principais agentes envolvidos. **Cadernos EBAPE.ER,** Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 974-999, out/dez. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/JD6H8zCj4DxBNX8zZZzmypN/#. Acesso em: 10 set. 2023. https://doi.org/10.1590/1679-395120190128

SOUZA, M. T. DE .; SILVA, M. D. DA .; CARVALHO, R. DE .. Integrative review: what is it? How to do it?. einstein (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102–106, jan. 2010.